

Os Refugiados da Guerra Civil de Espanha em Barrancos. A acção e o tempo do acontecimento

MARIA DULCE ANTUNES SIMÕES¹

RESUMEN

A consecuencia de la sublevación militar de 18 de julio se dirigieron a la frontera portuguesa de la villa de Barrancos miles de refugiados que intentaron escapar a la violencia. Este acontecimiento histórico tuvo múltiples consecuencias a través de la acción de los individuos, provocando simultáneamente una ruptura en la inteligibilidad social y marcando un antes y un después en la memoria de los barranqueños. Para interpretar la acción de los individuos ante los acontecimientos construimos como modelo de análisis la horizontalidad de las relaciones de poder en la vida cotidiana, integrando al Estado como parte de los elementos constitutivos de las relaciones sociales.

RESUME

In sequence of the coup d'état that took place in July the 18th of 1936, thousands of Spanish refugees ran towards the Portuguese border of the village of Barrancos, escaping from violence. The historical happening in question unleashed a multiplicity of repercussions through the action of individuals, causing simultaneously a rupture in the social inteligibility, and underlining a before and after in the collective memory of the Barranquinhos. By interpreting the action of the individuals faced by these happenings, we build as a model of analysis the horizontalness in the relations of power established in a daily life basis, integrating the State as one of the many constitutional elements of social relations.

¹ Doutoranda de Antropologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Bolseira da Fundação para a Ciência e Tecnologia. Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa, <http://www.ceep.fcsh.unl.pt/>

INTRODUÇÃO

A Guerra Civil de Espanha preserva ainda o seu carácter instrumental em debates políticos portugueses, pela sua capacidade de se transformar em metáfora de fenómenos sociopolíticos, mantendo o estudo do conflito num debate aceso livre de qualquer neutralidade². Neste argumento, antropólogos e historiadores portugueses têm-se interessado pelo estudo e pela recuperação das memórias da guerra civil, pretendendo investigar “os silêncios” que ocultaram partes incómodas da história social e política, sacrificando a memória de indivíduos e de grupos a um suposto interesse geral de “paz social”. Mas se por um lado os historiadores centram o estudo do acontecimento à escala nacional e internacional, os antropólogos preferem focalizar os seus trabalhos à escala local, na vida quotidiana das comunidades. Como o trabalho de Paula Godinho sobre os *maquis* em Cambedo da Raia, na fronteira galaico-portuguesa³, e o de Luís Cunha em Campo Maior, na fronteira alentejana, onde “a guerra civil de Espanha transformou a fronteira e a vida dos portugueses que aí viviam⁴.”

O antropólogo Alban Bensa diz-nos que a mudança de ritmo que o acontecimento impõe na vida social marca uma nova temporalidade, alterando as ligações ao passado e ao futuro. A partir dessa ruptura os campos da memória e do possível são reabertos, por referência a novos princípios de inteligibilidade, colocando novas bases à questão do sentido da lei e da vida. O acontecimento para os seus contemporâneos marca sempre o início de uma nova “Era”⁵.

² LOFF, Manuel (2006): “A memória da Guerra de Espanha em Portugal através da historiografia portuguesa”, *Ler História*, 51, pp. 77-131.

³ GODINHO, Paula (2004): “«Maquisards» ou «atracadores»? A propósito das revisões da História no caso de Cambedo da Raia, 1946”, *O Cambedo da Raia – Solidariedade galego-portuguesa silenciada*, Ourense, Asociación Amigos da Republica, pp. 157-227.

⁴ CUNHA, Luis (2006): *Memória Social em Campo Maior; Usos e Percursos da Fronteira*, Lisboa, Publicações D. Quixote, p. 252.

⁵ ALBAN BENSA, A. et FASSIN, Eric: “Les sciences sociales face à l'événement”, *Terrain*, Numéro 38 - Qu'est-ce qu'un événement ? (mars 2002), [En ligne], mis en ligne le 6 mars 2007.

URL: <http://terrain.revues.org/document1888.html>. Consulté le 20 juin 2007.

A historiadora Arlette Farge define o acontecimento como um pedaço de tempo, fabricante e fabricado, construtor e construído, pedaço de tempo e acção posto em pedaços, partilhado e discutido. Sendo a partir da sua existência fragmentada que o investigador trabalha, se pretender conhecer o alcance, o sentido e as marcas da temporalidade⁶.

Neste trabalho reunimos alguns desses fragmentos para compreender de que forma um acontecimento histórico desencadeia uma multiplicidade de acontecimentos através da acção dos indivíduos, provocando simultaneamente uma ruptura na inteligibilidade social. Ruptura que marcou indelével um antes e um depois na memória colectiva dos Barranquenhos. Ao procurarmos interpretar a acção dos indivíduos, focalizamos este estudo nas relações sociais da vida quotidiana, criando como modelo de análise a horizontalidade nas relações de poder, integrando o Estado como mais um dos elementos constitutivos das relações sociais.

O ESPAÇO E O TEMPO DO ACONTECIMENTO

Barrancos é uma vila portuguesa do Distrito de Beja, região do Alentejo e sub-região do Baixo Alentejo, com uma área total de 168 km² e uma população residente de 1.806 habitantes⁷.

O concelho de Barrancos é limitado a sul e a oeste pelo município de Moura e a noroeste pelo município de Mourão, pertencentes ao Distrito de Beja. A norte faz fronteira com os municípios de Valencia del Mombuey e Oliva de la Frontera, pertencentes à província de Badajoz, e a leste com o município de Encinasola, província de Huelva.

As povoações mais próximas de Barrancos são Encinasola, apenas a 9 km, e Oliva de la Frontera a 29 km, justificando-se geograficamente a interacção social construída entre os Barranquenhos e os seus vizinhos espanhóis.

⁶ FARGE, Arlette: "Penser et définir l'événement en histoire", Terrain, Numéro 38 - Qu'est-ce qu'un événement ? (mars 2002), [En ligne], mis en ligne le 6 mars 2007. URL: <http://terrain.revues.org/document1929.html>. Consulté le 20 juin 2007.

⁷ http://www.ine.pt/portal/page/portal/PORTAL_NE/ETerritoriais?Contexto=ut&selTab=tab3. Consultado a 25/06/2007.

Apesar destas povoações fronteiriças pertencerem a diferentes Estados, as relações sociais construídas num tempo longo permitiram a criação de redes que entrelaçam grupos de parentesco, de amizade e de vizinhança. Comprovando que todas as fronteiras são porosas e atravessáveis quotidianamente, de forma material ou simbólica. Como afirma Paula Godinho “aos Estados pré-modernos, a que James Scott chama cegos, faltava o conhecimento das riquezas, das localizações exactas que servem ao estabelecimento de identidades e ao controlo das populações”⁸. Daí que os processos de interacção social entre povoações fronteiriças se possam afirmar mais duradouros do que o cumprimento de regras de delimitação impostas pelos Estados centrais, mesmo quando as populações locais contribuem para a construção das suas próprias fronteiras. Como nos diz Sahlins, os membros da sociedade local transformam-se em cidadãos nacionais através do desempenho dos seus papéis na construção da fronteira nacional, forjando as suas próprias identidades sem jamais sacrificarem os seus interesses locais, ou abandonar os seus sentimentos de pertença local⁹.

Em 1936 a vila de Barrancos tinha cerca de 3.200 habitantes que se dedicavam maioritariamente à criação de gado e à agricultura. O sistema de latifúndio conferia à posse da terra o que José Cutileiro designou como “a pedra angular da estratificação social”¹⁰. As relações de produção estabeleciam o carácter das relações sociais entre proprietários e trabalhadores, nas atitudes e crenças que desenham as classes sociais¹¹. Os organismos sociais do Estado Novo - as corporações - contribuíam para “harmonizar e atenuar” as relações de classe, e o “Estado Corporativo defendia que a harmonia podia ser alcançada, ao mesmo tempo que se mantinham as divisões sociais, e o hiato entre ricos e pobres”¹².

⁸ GODINHO, Paula (2003): “Do Estado cego à fronteira invisível: na senda de um problema”, V Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais. http://www.raiaiviva.org/info/wp-pt/wp-content/uploads/2007/02/do_estado_cego.pdf. Consultado a 19/06/2007, p. 3.

⁹ SAHLINS, Peter (1996) [1989]: *Frontières et identités nationales – La France et l’Espagne dans les Pyrénées depuis le XVII siècle*, Paris, Belin (prefácio de Bernard Lepetit), p. 293.

¹⁰ CUTILEIRO, José (2004 [1971]): *Ricos e Pobres no Alentejo*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 23.

¹¹ MARTÍNEZ ALIER, Juan (1968): *La Estabilidad del Latifundismo; Análisis de la Interdependencia entre Relaciones de Producción y Conciencia Social en la Agricultura Latifundista en la Campiña de Córdoba*, Ediciones Ruedo Ibérico, p. 333.

¹² FERNANDES, Margarida (2006):, *Terra de Catarina. Do Latifúndio à Reforma Agrária. Ocupação de Terras e Relações Sociais em Baleizão*, Oeiras, Celta Editora, p. 65.

Neste contexto social a sublevação militar de 18 de Julho de 1936, em Espanha, impôs uma ruptura temporal ao nível dos quotidianos e da inteligibilidade, conferindo ao acontecimento um efeito espelho, onde os Barranquenhos se revêem em função do seu posicionamento social. Como nos diz Arlette Farge, no acontecimento situam-se as identidades sociais, os modos de apropriação de si e dos outros, as formas de representação de ser, e do reconhecimento da cena pública, que são também acontecimentos. Portanto o acontecimento não contém em si nenhuma neutralidade, sendo apropriado de diferentes formas pelo conjunto da sociedade. Consequentemente estas apropriações podem entrar em conflito umas com as outras, porque nenhum acontecimento se pode definir sem ter em conta as dominações e as submissões no seio da sociedade¹³.

OS PRIMEIROS REFUGIADOS ESPANHÓIS EM BARRANCOS; SOLIDARIEDADES LOCAIS

Os primeiros refugiados que afluíram a Barrancos foram os seus vizinhos de Encinasola, identificados em número de quatrocentos, sendo a primeira vaga constituída principalmente por mulheres e crianças. Segundo a memória local foram acolhidos por várias famílias barranquenhos, com as quais mantinham relações de amizade e de parentesco. Mas também interveio neste processo de hospitalidade o administrador do concelho de Barrancos, que se comprometeu junto do Governador Civil de Beja a alojar temporariamente os vizinhos de Encinasola.

Este grupo de refugiados, caracterizado em algumas narrativas como “gente da direita” ou “burgueses”, era muito diversificado socialmente e composto sobretudo por famílias, que temiam os confrontos entre os carabineiros de Encinasola, que desde logo aderiram ao golpe militar, e as milícias populares provenientes de Rio Tinto. Numa nota confidencial do comandante da Polícia de Segurança Pública de Beja, sobre os carabineiros de Encinasola, podemos ler: “Parece que estes estão fiéis aos revoltosos do

¹³ FARGE, Arlette: “Penser et définir l'événement en histoire”, Terrain, Numéro 38 - Qu'est-ce qu'un événement ? (mars 2002) , [En ligne], mis en ligne le 6 mars 2007. URL: <http://terrain.revues.org/document1929.html>. Consulté le 20 juin 2007.

Exército, se bem que tivessem respondido a uma pergunta, que já não sabiam a quem obedecer”¹⁴.

Na madrugada de 12 de Agosto de 1936 o administrador do concelho de Barrancos enviara um telegrama ao Governador Civil de Beja, alertando para “um ataque a Encinasola, por uma coluna de marxistas das minas de Rio Tinto, da qual fazem parte muitos portugueses que há anos lá vivem, e com um efectivo de 600 homens.” Segundo a mesma nota, o administrador do concelho receava “que forças revoltosas defendessem Encinasola, e que se os comunistas fossem derrotados muitos destes se pretendessem refugiar em Barrancos”¹⁵.

Perante a “ameaça comunista” foi rapidamente destacada uma Companhia do Regimento de Infantaria 17 de Beja, forças de cavalaria da Guarda Nacional Republicana e uma Brigada Móvel da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (P.V.D.E.), para reforçar os efectivos da Guarda Fiscal de Barrancos. Esta acção comprova a cumplicidade entre o poder local e o poder central na defesa das suas fronteiras, assim como na defesa da sua ideologia política.

“Em 12 de Agosto deu-se a invasão em Barrancos de fugitivos de Encinasola. (...) Aqui tomei as medidas que julguei convenientes para a identificação de todos os fugitivos, identificação que de alguns por mim próprio foi feita. Depois de identificados foi feita a relação respectiva e entregue ao Chefe da Brigada Móvel da P.V.D.E. (Secção Internacional) e motorista respectivo, os quais apareceram em Barrancos, para aqui permanecer.” (tenente António Augusto de Seixas)¹⁶.

O último alcaide republicano de Encinasola, Candelario López López, eleito a 20 de Fevereiro de 1936, ordenara a entrega de todas as armas do Ayuntamiento aos carabineiros evitando o derramamento de sangue. A 22 de Agosto foi destituído com toda a Corporación, ajudando a passagem para

¹⁴ IAN/TT, Ministério do Interior, Correspondência do Gabinete do Ministro, Mç. 481, Cx. 34.

¹⁵ Idem.

¹⁶ Arquivo Histórico Militar (AHM), 1ª Divisão, 38ª Secção, Cx. 63-2. Ministério da Guerra, correspondência referente à Guerra Civil de Espanha. Processos privativos da Repartição do Gabinete do Ministério do Exército, Inquérito militar (relatório do tenente António Augusto de Seixas de 16 de Outubro de 1936) p. 162.

Portugal de republicanos perseguidos. Em Junho de 1939 foi detido e encarcerado em Encinasola, sendo libertado a 22 de Outubro por intervenção das autoridades de Barrancos e do padre Eugénio López, pároco de Encinasola¹⁷.

Estes acontecimentos testemunham que na zona da raia, franja de uma demarcação territorial imposta pelos poderes centrais, as “diferenças” se esbatem pelos afectos e pelas redes sociais, produzindo solidariedades locais. Como refere Paula Godinho sobre a raia galaico-portuguesa, os poderes políticos centrais de Lisboa e de Madrid “são quotidianamente ultrapassados por solidariedades locais, assentes em lealdades distintas”¹⁸. Também na raia alentejana, a relação entre os poderes ibéricos durante a guerra civil de Espanha, e durante a II Guerra Mundial, é um exemplo da distância a que se encontravam as políticas dos poderes centrais, da atitude solidária das populações¹⁹.

Entre Agosto e finais de Outubro de 1936 a vila de Barrancos partilhou o seu quotidiano com forças militares e paramilitares, alojadas no edifício da Escola Primária e em instalações alugadas, como o piso superior da farmácia Monteiro que serviu de prisão política à P.V.D.E. Estes espaços partilhados pela população local, transformaram-se temporariamente em espaços de dominação, do poder central sobre o poder local e os indivíduos. Este acontecimento ao criar um regime de excepção exigiu uma reordenação da vida social, por isso não identificámos nas memórias recolhidas em Barrancos nenhum conflito, decorrente da permanência do Exército na vila. Os Barranquenhos apreenderam este acontecimento como factor de protecção, perante a ameaça da guerra junto à fronteira, construindo novos princípios de inteligibilidade.

Mas nos campos da raia a cumplicidade das autoridades portuguesas com os falangistas deixaram más memórias, naqueles que testemunharam a

¹⁷ TAPADA PÉREZ, Manuel (1999): *Guerra Y Posguerra en Encinasola*, Sevilla, ed. del autor, pp. 29-31.

¹⁸ GODINHO, Paula (2004): “«Maquisards» ou «atracadores»? A propósito das revisões da História no caso de Cambedo da Raia, 1946”, *O Cambedo da Raia – Solidariedade galego-portuguesa silenciada*, Ourense, Asociación Amigos da Republica, p. 174.

¹⁹ REGO, Miguel (1999): *A Guerra Civil de Espanha na Raia Portuguesa*, Actas do Congresso, Barrancos, Câmara Municipal de Barrancos, p. 6.

violência, e a fome dos refugiados espanhóis, caracterizados por “rojos” ou “das esquerdas”. Como nos seguintes excertos²⁰:

“Os falangistas caçavam os fugitivos pelos cerros como se fossem coelhos. Quando os apanhavam prendiam-nos, levando-os para várias prisões, uma delas era na rua cónego Almeida.” (Marcelino Saramago, trabalhador rural, 69 anos).

“Nessa altura trabalhava eu numa propriedade junto à mina de Aparis, onde todos os dias apareciam cinco ou seis espanhóis pedindo comida. Eu dava-lhes o que podia porque nesse tempo a comida era racionada.” (Manuel Rodrigues, trabalhador rural, 69 anos).

“Um dia apareceu um homem fugido da guerra e os meus pais esconderam-no num monte de palha e ali permaneceu durante quarenta dias. Só de noite é que nós lhe levávamos comida.” (António Ramos Monteiro, trabalhador rural, 73 anos).

Nestas narrativas desenham-se estratégias de resistência no apoio aos refugiados, evidenciando solidariedades de classe, protagonizadas por trabalhadores rurais que esconderam e “mataram a fome” a espanhóis acoissados, partilhando os seus escassos recursos e pondo em risco a própria vida.

A ACÇÃO DO ESTADO; MECANISMOS DE VIGILÂNCIA E CONTROLE DA FRONTEIRA

Falar de fronteiras significa falar de espaços geográficos trespassados por rios, montanhas e vales, mas principalmente de barreiras, de muros e de marcos construídos pelos homens, que por razões históricas e políticas decidiram arbitrariamente demarcar territorialmente os Estados, impondo a “diferença”²¹. Mas se por um lado a linha de fronteira indica uma separação

²⁰ Em 1994 realizou-se em Barrancos um curso sobre património cultural subsidiado pela C.E.E., coordenado pelo Dr. Fernando Rodrigues Ferreira, no qual se procedeu à recolha de testemunhos orais junto da população, sendo a publicação integral do trabalho realizada em 2002, por iniciativa do Museu República e Resistência de Lisboa, com o apoio da Câmara Municipal de Barrancos. AAVV. (2002), *Guerra Civil de Espanha; na Memória de Barrancos*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Biblioteca-Museu República e Resistência.

²¹ DONNAN, Hastings & WILSON, Thomas M. (1998): *Borders Frontiers of Identity, Nation and State*, Cambridge University Press.

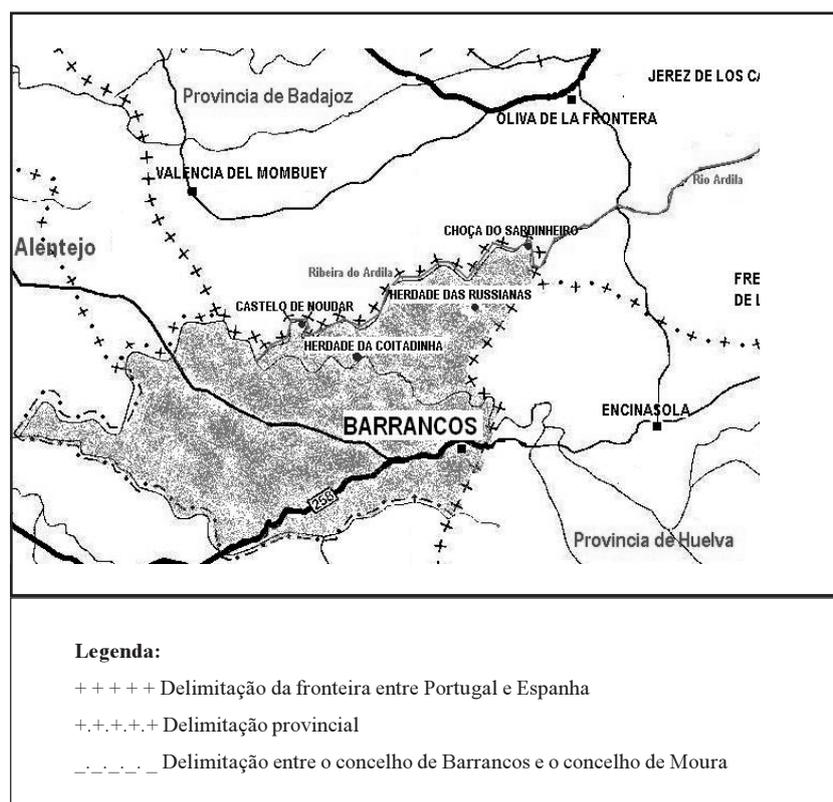
que impõe a “diferença”, por outro, tal como os rios e as montanhas, as fronteiras são atravessadas quotidianamente como meros obstáculos a ultrapassar. Assim, a fronteira pode representar um espaço estruturado, demarcado, ratificado, traçado e patrulado, e simultaneamente um lugar liminar, marginal, ponto inicial, periférico, e por vezes transgredido²².

A fronteira de Barrancos era vigiada desde Agosto de 1936 por militares do Regimento de Infantaria 17 de Beja, sob ao comando do capitão Aristides Coimbra, por forças da Guarda Nacional Republicana sob o comando do tenente Oliveira Soares, por uma Brigada Móvel da (P.V.D.E) dirigida pelo agente Júlio Lourenço Crespo, e por militares da Guarda Fiscal. O responsável pelo comando técnico das operações no terreno era o tenente António Augusto de Seixas, comandante da Guarda Fiscal da Secção de Safara. Esta responsabilidade comprova o poder da Guarda Fiscal na fronteira, apesar de contestado por outras organizações militares destacadas para esta “missão”²³. Como podemos depreender pelo conteúdo de uma nota do Comando Geral da Guarda Fiscal, ao comandante do tenente Seixas, a sua liderança não era consensual ao nível das chefias militares: “crescido da circunstância de um pouco de despeito que existe por esta Guarda ter sido incumbida de dirigir os serviços, parece haver uma certa má impressão com o seu pessoal, especialmente para com o Sr. tenente Seixas.”

O reduzido número de efectivos da Guarda Fiscal para patrulhar a linha de fronteira que se estendia por 120 quilómetros, obrigou o tenente Seixas a dividir esta área em zonas de vigilância. A Guarda Nacional Republicana controlava a zona de Barrancos e Russianas a partir do Cardador até ao Porto de Lobo, e os restante área das Russianas ficou a cargo da Guarda Fiscal. Em ambas as zonas as patrulhas de vigilância da fronteira eram constituídas por guardas fiscais, apoiados pelo exército e por elementos da Guarda Nacional Republicana.

²² SIDAWAY, James (2002): “Signifying Boundaries: Detours around the Portuguese-Spanish (Algarve/Alentejo-Andalucía) Borderlands”, *Geopolitics*, Vol.7, N.º 1, pp. 139–164.

²³ AHM, 1ª Divisão, 38ª Secção, Cx. 63-2. Confidencial n.º 143-2-C, alínea e) “Para uma mais completa eficiência na acção coordenada de todas as forças, muito convirá que imediatamente se estabeleçam os necessários acordos entre os comandos fronteiriços da G. F., G. N. R., polícia e comandos militares mais próximos. Em particular conviria que a acção na fronteira dos postos ou secções da G. F. e da G. N. R. se exercesse debaixo de uma única direcção, que poderia pertencer ao comandante mais antigo ou graduado da G. F. ou da G. N. R. estacionado na mesma localidade.”



Os oficiais no terreno estavam “operacionalmente” subordinados ao Comando Militar de Beja e ao comandante da 4ª Região Militar de Évora, que respondiam directamente ao Ministro da Guerra, António de Oliveira Salazar²⁴. Mas através dos documentos concluímos que todos os oficiais no terreno informavam simultaneamente as chefias directas sobre os acontecimentos na fronteira, alargando a rede de informação sobre a violência e o terror que se vivia nas localidades espanholas vizinhas.

²⁴ A partir de Maio de 1936 António de Oliveira Salazar acumulou as funções de Presidente do Conselho de Ministros e de Ministro das Finanças com a pasta do Ministério da Guerra, e após Outubro de 1936 com a pasta do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

A 19 de Setembro o tenente Seixas reuniu oficialmente com o comandante Militar de Encinasola, tendo informado o Comando Geral da Guarda Fiscal sobre a existência de um acordo para uma batida entre as forças militares portuguesas e as forças nacionalistas, de forma a eliminar da raia os refugiados republicanos – “existem alguns de relativa importância, como seja alguns alcaides e um cabo de carabineiros com grandes feitos comunistas”²⁵. Este encontro reuniu as autoridades militares e civis de ambos os lados da fronteira e realizou-se num velho barracão de uma eira abandonada, a meio caminho entre Barrancos e Encinasola. No regresso a Barrancos o tenente Seixas terá comentado com indignação, ao seu filho Gentil, os objectivos do encontro: “Um banho de sangue na nossa própria fronteira! Um escarro!”²⁶.

James Scott diz-nos que o “discurso oculto” manifesta um acto de afirmação directa frente ao poder, denunciando que em qualquer sistema de dominação estabelecido a questão central não se baseia apenas no dissimular de sentimentos, discursos e atitudes perante o poder, mas em controlar aquilo que seria um impulso natural de raiva, angústia ou de indignação perante situações de injustiça e de desigualdade²⁷.

Ao representar diferentes papéis sociais o tenente Seixas constrói um “discurso público” perante os seus superiores e na presença dos seus subordinados, e um “discurso oculto” expresso nos “bastidores”, na segurança do seu grupo familiar. A disparidade entre ambos os discursos corresponderá ao que é suprimido na comunicação “aberta”, estabelecendo uma relação dialéctica, em que o “discurso oculto” contém todos os elementos que faltam ao “discurso público” no exercício do poder. É sem dúvida longe do domínio dos detentores do poder que o “discurso oculto” se revela. E quando a dominação é particularmente implacável será de esperar que o “discurso oculto” produzido possua uma riqueza correspondente em termos de conteúdo. Porém, as relações de poder não são estáticas, ao ponto de podermos afirmar que aquilo que é dito pelo tenente Seixas nos terrenos do poder é falso, e que o que é dito junto

²⁵ AHM, 1ª Divisão, 38ª Secção, Cx. 63-1. Nota confidencial n.º 60 de 20 de Setembro de 1936.

²⁶ As “Memórias da guerra civil de Espanha” de Gentil de Valadares fazem parte da obra *Barrancos na Encruzilhada da guerra civil de Espanha. Memórias e testemunhos, 1936*, Barrancos, Câmara Municipal de Barrancos e Edições Colibri, 2007.

²⁷ SCOTT, James (1992): “Domination, Acting and Fantasy”, Carolyn Nordstrom et al., ed., (1992), *The Path to Domination, Resistance and Terror*, Berkeley, Los Angeles, Oxford, University of California Press, pp. 55-84.

do grupo familiar é verdadeiro. Mas podemos pensar o primeiro como resultado do seu desempenho profissional e o segundo como uma necessidade de partilhar as suas emoções. O que é certo é que ambos os discursos são produzidos para diferentes audiências e sob diferentes constrangimentos.

A 20 de Setembro o tenente Seixas informou o Comando Militar de Beja que algumas povoações espanholas iam sendo “harmonizadas”, e que uma coluna de 3.000 nacionalistas sob o comando de um tenente-coronel tinha tomado no dia anterior Fregenal de la Sierra, havendo na fronteira de Barrancos bastantes refugiados junto à ribeira do Ardila, do lado de Espanha. Comunicando telegraficamente que Oliva de la Frontera ia ser atacada no dia seguinte pelos nacionalistas, o que iria aumentar o número de refugiados. Com o objectivo de impedir “o internamento em Portugal de fugitivos daquela povoação”, avançou com os militares que pôde reunir para as imediações da Choça do Sardinheiro, na Herdade das Russianas²⁸.

A 21 de Setembro de 1936, após a “conquista” de Oliva de la Frontera, última das povoações fronteiriças a ser ocupada pelas forças nacionalistas, aumentou significativamente o número de refugiados espanhóis concentrados junto à ribeira do Ardila e Castelo de Noudar, na linha de fronteira de Barrancos. Embora representassem diferentes grupos sociais, para o Governo português dividiam-se apenas em duas categorias: militares e civis. Estas categorias determinavam o tipo de procedimento a que ficariam sujeitos ao passar a fronteira portuguesa, embora alguns procedimentos fossem comuns a todos os refugiados espanhóis: “fica expressamente proibido aos postos em cujas povoações fronteiriças estejam ocupadas por comunistas o abastecimento seja de que for. Nem água”²⁹.

Segundo as ordens do Ministério da Guerra os militares espanhóis seriam desarmados e entregues aos comandos militares mais próximos, permanecendo em presídios até ser encontrado, ou negociado, o seu destino³⁰. Os refugiados

²⁸ AHM, 1ª Divisão, 38ª Secção, Cx. 63-2. Ministério da Guerra, correspondência referente à Guerra Civil de Espanha, Inquérito militar (relatório do tenente António Augusto de Seixas de 16 de Outubro de 1936) p. 163.

²⁹ Idem, informação recebida a 26 de Julho, p. 159.

³⁰ AHM, 1ª Divisão, 38ª Secção, Cx. 63-1. A 28 de Julho de 1936 o Ministro da Guerra formalizara, através da Confidencial nº 143-2-C do Chefe do Estado Maior Interino, as disposições a serem observadas no serviço de guarda e vigilância da fronteira, regulamentando os procedimentos das forças da Guarda Fiscal, Guarda Nacional Republicana, P. V.D.E. (Secção Polícia Internacional) e Exército, perante os refugiados espanhóis.

civis seriam identificados pela Secção Internacional da P.V.D.E. que faria a triagem em função das informações recebidas da polícia espanhola, a Seguridad, e pelos consulados portugueses em Espanha³¹. Os serviços prestados pela P.V.D.E. ao movimento nacionalista são permanentemente referidos por vários historiadores, mas as relações de cooperação foram bilaterais, contribuindo para informar o Governo português sobre o movimento de exilados portugueses em Espanha.

“Na perspectiva da P.V.D.E., a cooperação com a Seguridad significaria, antes de mais, a possibilidade de garantir uma melhor vigilância comum, dificultando a fuga de subversivos portugueses para uma Espanha empenhada na mesma cruzada anticomunista e facilitando o combate aos indesejáveis estrangeiros”³².

Nas ordens de serviço da P.V.D.E. encontramos frequentes registos de entregas, capturas, interdições, detenções e expulsões de cidadãos espanhóis, comprovando-se que a rede de informações servia para identificar aqueles que tivessem ocupado cargos políticos nas suas povoações, ligados à administração local, a comités, sindicatos, associações ou partidos, representando o grupo social “mais perigoso” em ambos os lados da fronteira³³. Esta actuação sistemática da P.V.D.E. obrigou o Governo republicano a apresentar ao Comité de Não Intervenção de Londres uma acusação contra Portugal, denunciando a entrega de refugiados às forças nacionalistas. Iva Delgado sugere que esta questão estaria relacionada com a conquista de Badajoz pelo

³¹ BURGOS MADROÑERO, Manuel (1985): “Crónicas portuguesas de la Guerra Civil 1936. Los informes consulares de Andalucía y Extremadura”, *Estudios Regionales*, nº 15/16, Badajoz, pp. 425-489.

³² RIBEIRO, Maria da Conceição (1995): *A Polícia Política no Estado Novo (1926-1945)*, Lisboa, Estampa, p. 179.

³³ IAN/TT. Ordens de Serviço da PVDE. Ordem de Serviço n.º 222. Lisboa 9 de Agosto de 1936. “Entregas: - Que em 13 do corrente, foi entregue no Posto de Moura, pela G.F. de Barrancos, o súbdito espanhol Emilio Garcia Prado.” - Ordem de serviço n.º 229. Lisboa 16 de Agosto de 1936. “Captura: - Que por interessar a esta Polícia, se proceda à captura, onde for encontrado, do súbdito espanhol Alfonso Navalón Peral. Este indivíduo é agente da Polícia espanhola, conserva em seu poder o crachá e a pistola, é filiado no partido marxista. Segundo consta encontra-se em Portugal.” - Ordem de Serviço n.º 248. Lisboa 4 de Setembro de 1936. “Expulsões: - Que em 5 do corrente foram expulsos sumariamente do País pela fronteira de Barrancos, os súbditos espanhóis Demétrio Gonzalez Rodriguez, Francisco Ollera Rodriguez e Juan Antonio Rodriguez Capilla, ficando-lhes interdita a entrada no País.”

general Yagüe, que provocou uma fuga massiva de refugiados para território português, e com a entrega de centenas desses refugiados para fuzilamentos sumários em Badajoz³⁴. Embora não seja possível saber o número de refugiados espanhóis entregues pela P.V.D.E. às forças nacionalistas, este procedimento marcou a memória colectiva em ambos os lados da fronteira. As narrativas recolhidas em Barrancos, sobre o destino dos refugiados dos campos das herdades da Coitadinha e das Russianas, vinculam a actuação das autoridades portuguesas à entrega dos refugiados em Tarragona *para serem fuzilados*.

OS CAMPOS DE REFUGIADOS EM BARRANCOS; PARA ALÉM DA “VERDADE MÍTICA”

Estamos de certo modo perante uma “verdade mítica”, construída como síntese de uma prática de violência e de colaboracionismo das autoridades portuguesas perante o conflito espanhol. John Corbin afirma, que qualquer narrativa de um evento passado apenas em parte é determinada pelo evento propriamente dito, sendo condicionada pelas circunstâncias que assistem à sua produção. O narrador selecciona os elementos que considera melhor corresponderem às expectativas da audiência, a quem a narrativa se dirige. Assim, qualquer narrativa do passado comporta uma dupla construção e uma dupla verdade, ou seja, “a verdade da história é, a verdade histórica: a verdade da sua narrativa é, a verdade mítica”³⁵. Este conceito reforça as palavras de Robert Frank, quando diz que a história trata do passado para o desmistificar e tornar inteligível no presente, enquanto a memória atribui ao passado uma coerência mítica em relação ao presente, de modo a ajudar o indivíduo ou o grupo a viver, ou a sobreviver³⁶. Mas apesar da memória poder sofrer alterações ao longo do tempo, pela integração de novos discursos e de novos

³⁴ DELGADO, Iva (1979): *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Mem Martins, Publicações Europa-América.

³⁵ CORBIN, John (1995): “Truth and Myth in History: An example from the Spanish Civil War”, *Journal of Interdisciplinary History*, vol. XXV, n° 4, Spring, p. 609.

³⁶ FRANK, Robert (1992): “La memoire et l’histoire” in *La Bouche de La Vérité? La Recherche Historique et les Sources Orales*, sous la direction de Danièle Voldman, Centre National de la Recherche Scientifique, Cahier n° 21, Novembre, pp. 65-72.

conhecimentos, certamente será seleccionada a partir de um conjunto potencialmente infinito de memórias possíveis, “pela sua relevância para os indivíduos que recordam, e pelo seu contributo para a construção da identidade e das relações pessoais”³⁷.

Manuel Agudo dos Santos nasceu em Santo Aleixo da Restauração em 1923. Nunca frequentou a escola, tendo começado aos 9 anos a trabalhar como ajuda de vaqueiro na Herdade da Coitadinha. Teve como padrinhos de baptismo os proprietários da herdade, Maria das Dores Blanco Garcia Fialho e Francisco Garcia Pérez, abastados proprietários e descendentes das famílias mais antigas de Barrancos. Em 1936 Manuel testemunhou a chegada de centenas de refugiados e a criação do “campo de concentração”, improvisado pelas autoridades portuguesas na Herdade da Coitadinha.

Naquele dia andava eu com o meu pai nas Umbrias do Resvaloso, a pastar as vacas junto à ribeira espanhola, quando salta lá acima da serra o som de uma metralhadora, era a Falange. Parece ainda agora que estou a ouvi-la tátatátá... Os espanhóis tinham-se entregado já a Portugal e estavam rente à ribeira. Estavam ali as tropas portuguesas, guardando os espanhóis fugitivos. Vinham carabineiros e tudo aquilo. Tinham entregado as armas às tropas portuguesas. Trouxeram dali pelo menos duas ou três fragonetes cheias de armas que tinham sido entregues pelos paisanos que vinham com espingardas e pelos carabineiros que também vinham junto com eles e se entregaram ali. (...) e as nossas tropas, a Guarda Republicana e tudo, não deixavam atirar tiros para cá. Um capitão português mandou passar todos da serra para cá, não fossem os Falangistas matar alguém. (...) Vieram depois fazer o acampamento numa malhada, uma malhada de guardar porcos. E então eles coitados fizeram logo ali um silêncio dos tiros todos. Estavam da serra para cá, para que não pudessem ser atingidos pelos tiros da Falange. (...) Esse campo ficava dentro da Herdade da Coitadinha e foi feito pelas autoridades portuguesas. Era comandado pelo tenente Soares da Guarda Republicana e por outro que não sei como se chamava, que era das forças armadas, não me lembro, havia soldados e tudo. Havia até dois rapazes lá de Barrancos, que já morreram há um ano ou dois eram aqui de Barrancos e estavam na tropa nessa altura. (...) Entre os refugiados havia de tudo, vinham militares que eram carabineiros fugidos, junto com militares daí de Oliva e dessas povoações daí. Famílias, mulheres, crianças

³⁷ FENTRESS, James & WICKHAM, Chris (1994 [1992]): *Memória Social*, Lisboa, Teorema, p. 112.

e tudo. (...) Eles vinham fugidos, coitados, da direita. ... Pois, eles eram da esquerda e a direita tomara posse e eles vinham fugidos da Falange. (Manuel Agudo dos Santos)³⁸.

Segundo o relatório do tenente Seixas, a 22 de Setembro de 1936 entraram oficialmente em território português “773 foragidos de nacionalidade espanhola” junto às Umbrias do Resvaloso, perseguidos “por tropas que sobre eles faziam fogo”. Neste relatório é referido o nome do tenente Oliveira Soares, como responsável da Guarda Nacional Republicana pela vigilância daquela área. Na mesma nota são identificadas as localidades de origem desses refugiados e a composição do grupo.

Relação oficial dos refugiados espanhóis da Herdade da Coitadinha³⁹

Local de origem	Militares Carabineiros	Mulheres e crianças	Homens Cívicos	Total
Jerez de los Caballeros		10	330	340
Oliva de la Frontera		20	274	294
Villanueva del Fresno		19	49	68
Higuera la Real		-	8	8
Colaraço		2	10	12
Valencia del Mombuey		3	5	8
Santos		-	5	5
Alconchel		-	6	6
Total	32	54	687	773

³⁸ Excerto da entrevista realizada em Barrancos, em casa de Manuel Agudo dos Santos, a 28 de Dezembro de 2002.

³⁹ AHM, 1ª Divisão, 38ª Secção, Cx 63-2. Confidencial n.º 210/7 do C. G. G. F., de 27 de Setembro de 1936.

Manuel Méndez García nasceu em 1916 em Oliva de la Frontera, onde vive actualmente. Seus pais eram trabalhadores rurais. Ainda muito jovem filiou-se na Confederação Nacional de Trabalhadores, uma das organizações com maior implantação política em Oliva. Em 1936 pertencia ao Comité de Defesa de Oliva, levando a cabo algumas detenções de pessoas de direita que pudessem aderir ao golpe militar franquista todavia *aqui não se fuzilou ninguém das direitas*. A função do Comité consistiu também em alimentar e alojar cerca de mil refugiados provenientes de Rio Tinto e da província de Huelva, fugidos do avanço do exército nacionalista. Quando as tropas nacionalistas tomaram Oliva não houve resistência e Manuel foi um dos últimos a abandonar a povoação.

Recordo-me de fugirmos daqui, assim, com a roupa do corpo, com o meu irmão e outros companheiros, éramos uns quatrocentos ou quinhentos que estávamos para ali. (...) Estavam atirando tiros e o tenente, da republicana, montou a cavalo dizendo para que não atirassem tiros para ali. E com esse tenente se foram, e pararam de atirar. (...) Quando acabaram os tiros mandaram-nos mais para trás, e havia guarda a cercar-nos (...) Essa força que estava ali portou-se bem connosco, mas houve outras que não se portaram bem. Em Barrancos salvaram muita gente, mas em outros sítios não salvaram. (Manuel Méndez García)⁴⁰.

Manuel não tem muitas memórias do campo da Coitadinha, mas recorda que os refugiados foram transportados em camionetas para Moura, onde esteve na Praça de Touros. De Moura foram levados num comboio para Lisboa, de onde embarcaram no navio Niassa rumo a Tarragona. No percurso para o comboio os refugiados seguiam em fila, escoltados pela G.N.R. e a P.S.P., e a população local não se podia aproximar, mas Manuel recorda que lhes atiravam pão.

Chegado a Tarragona ingressou na coluna Sur-Ebro, uma coluna anarquista que combateu na zona de Aragão, onde conheceu o processo revolucionário e a colectivização campesina. Quando as milícias se integraram no novo exército republicano Manuel foi comissário de companhia. No final da guerra esteve preso em Valencia e Albacete onde conheceu todo o tipo de penalida-

⁴⁰ Excerto da entrevista realizada em Oliva de la Frontera, em casa de Manuel Méndez García, a 16 de Junho de 2006.

des, passou fome e testemunhou o fuzilamento dos seus companheiros. Manuel atribui a sua sobrevivência ao facto de ser sapateiro, profissão muito requisitada, por isso passou pelos Batallones Disciplinarios, onde os presos eram obrigados a trabalhar gratuitamente para o regime franquista.

Em 1943 regressou a Oliva onde montou uma taberna. Apesar de não ter sido vítima de represálias tinha de se apresentar todos os dias no Quartel da Guarda Civil. A história de vida de Manuel testemunha o percurso de muitos republicanos que passaram dos campos de refugiados de Barrancos para Tarragona, resistindo e lutando pela República, e pela sobrevivência, regressando anos mais tarde às suas povoações.

Manuela Martin Martin nasceu em Villanueva del Fresno a 20 de Maio de 1918. Vive actualmente em Rennes, França⁴¹. O seu pai era proprietário de uma padaria e sua mãe, costureira de profissão, uma activa defensora dos ideais republicanos. A 28 de Agosto de 1936 as tropas nacionalistas ocuparam a sua aldeia, e Manuela, com seus pais e irmãos, inicia o percurso pela sobrevivência que os conduziria à fronteira de Barrancos.

Manuela ainda recorda aquela manhã da partida, quando sua irmã Ramona punha a mesa para o pequeno-almoço da família, e sua mãe tinha ido ao centro da vila comprar churros. Na fuga precipitada da família ficavam para trás os seus haveres, e a mesa posta para o café da manhã. Ao longo do percurso pelos campos Manuela relata os diversos contactos que seu pai ia estabelecendo, recolhendo informações sobre a ocupação de outras vilas vizinhas, e sobre as atrocidades cometidas pelos nacionalistas. A memória de Manuela reflecte um processo traumático, marcado pelo medo que sentiam ao longo de um trajecto incerto, dizendo a determinado momento da sua narrativa: *recordo-me porque chorávamos*.

Ao chegar à fronteira portuguesa Manuela e a família depararam-se com militares armados, e com dois homens a cavalo que se lhes dirigiram. Um oficial português, com uma bandeira portuguesa, que Manuela descreve

⁴¹ Gabrielle Garcia conta-nos detalhadamente o percurso de Manuela Martin e seus familiares, na sua obra sobre a recuperação das memórias dos republicanos exilados em França. GARCIA, Gabrielle & MATAS, Isabelle (2005), *La Mémoire Retrouvée des Républicains Espagnols. Paroles d'Exilés en Ille-et-Vilaine*. Rennes, Editions Ouest-France, pp. 63-74.

como um jovem oficial “hombroso” de cerca de 30 anos de idade, acompanhado de um sargento. O oficial terá afirmado ser o responsável por 4 km da fronteira, onde podia albergar quem entendesse *porque ali não viriam matar ninguém*.

“- As pessoas que quiserem passar para Portugal têm de passar esta tarde. Eu não sou fascista nem sou de esquerda, mas eu vejo que o que vem fazendo Franco é uma injustiça. Se vocês ficarem aí, amanhã, pela manhã, este pedaço de terra será um cemitério!” – Isto disse o português. (...) “E tenham em conta que eu não tenho direitos de recolher os refugiados”⁴² – porque o Salazar era outro Franco. - “Eu não tenho direitos, só em quatro quilómetros.” (...) Mandavam uns papéis, os fascistas, com nomes. Os que podiam regressar podiam ir; os que não podiam tinham uma cruz... Porque os fuzilavam quando passavam. Ouvíamos que os fuzilavam no campo de Espanha, quando se decidiam a ir. (Manuela Martin)⁴³.

Manuela e a família atravessaram a ribeira seca do Ardila que dividia a fronteira, iniciando um longo percurso que os conduziria a Tarragona. Do campo de Barrancos ficaram as memórias de um oficial que lhes serviu de interlocutor, nas suas pretensões de passarem para a zona republicana da Catalunha, ou para França⁴⁴. Em 1939, no final de guerra, Manuela e a família partem da Catalunha para o exílio forçado em França, testemunhando o percurso de muitos refugiados republicanos que nunca regressaram a Espanha⁴⁵.

⁴² Este “discurso oculto” proferido por um oficial português ao grupo de refugiados onde se encontrava Manuela Martin, testemunha as relações de solidariedade geradas na fronteira ao longo deste processo de violência, contrariando o poder hegemónico de Salazar.

⁴³ Excerto de uma entrevista realizada em Rennes por Gabrielle Garcia, em 2001, a Manuela Martin, gentilmente cedida por intermédio de Francisco Espinosa Maestre.

⁴⁴ AHM, 1ª Divisão, 38ª Secção, Cx. 63-2. Inquérito militar, p. 161. No relatório do tenente Seixas, relativo ao dia 3 de Outubro de 1936 podemos ler o seguinte texto: “à Directoria da PVDE enviei uma relação, exposição, apresentada por fugitivos espanhóis, que se encontravam no Porto Redondo, Choça do Sardinheiro, em que pediam autorização para se dirigirem a vários portos estrangeiros correndo à sua custa todas as despesas.”

⁴⁵ Gabrielle Garcia e Isabelle Matas, filhas de exilados republicanos em França, dão-nos a conhecer na sua obra o percurso sinuoso destes homens e mulheres que lutaram em Espanha e em França contra o fascismo, morrendo em campos de concentração alemães e no exílio, na expectativa latente de um dia puderem regressar a uma Espanha libertada. Os seus filhos, nascidos em França, ao procurarem recuperar a memória dos pais, procuram simultaneamente reencontrar-se com um passado silenciado. Obra já citada.

AACÇÃO DOS MILITARES NO TERRENO; RELAÇÕES DE PODER E RESISTÊNCIAS

Perante este acontecimento somos conduzidos à problematização sobre as circunstâncias que proporcionaram a concentração e a permanência de um número tão elevado de refugiados em território português, contrariando as ordens e a política adoptada por Salazar em relação aos refugiados “comunistas”. Mas considerando o elevado número de refugiados concentrados junto à fronteira de Barrancos, que medidas poderiam os militares portugueses adoptar para evitar a sua entrada?

Na correspondência trocada entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Ministério do Interior e a Direcção da P.V.D.E., comprovamos ter existido uma proposta do Governo português ao Governo espanhol, para o repatriamento de todos os espanhóis refugiados em Portugal. A resposta do Governo republicano chegou ao Ministério dos Negócios e Estrangeiros a 28 de Setembro de 1936, aceitando as seguintes condições:

“O Governo português encarrega-se do repatriamento, à sua própria custa, de todos os refugiados que o aceitem, fazendo conduzir todos eles em navio português ao porto de Tarragona. Este porto foi designado pelo Governo espanhol. Os que não quiserem aceitar o repatriamento, nem seguir à sua custa para qualquer país estrangeiro, ficarão em Portugal, mas terão que se submeter, como é natural, ao regime a que o Governo português tem de os sujeitar, e sobre o qual é óbvio não poderemos depois aceitar reclamações”⁴⁶.

Esta resolução diplomática correspondeu aos anseios de todos os refugiados, assim como às solicitações do embaixador Cláudio Sánchez Albornoz, que dias antes havia pedido ao Ministério dos Negócios Estrangeiros autorização de embarque para França, para os oficiais espanhóis internados no Forte de Caxias.

Mas apesar de Salazar ter sido forçado a negociar um acordo diplomático para o repatriamento de 1.500 refugiados espanhóis, colocamos a hipótese desta decisão ter resultado de um conjunto de circunstâncias políticas e diplomáticas, entre as quais a acção dos militares da fronteira de Barrancos.

⁴⁶ IAN/TT, Ministério do Interior, GM, Mç. 480/2, Pt-28/2.

Apesar de subordinados ao poder hegemónico, os militares utilizaram os seus poderes quando confrontados com uma nova realidade social, imposta pelo acontecimento. Alban Bensa diz-nos que a acção faz o tempo, e que as diversas temporalidades que presidem a um momento histórico são o produto de intervenções específicas dos indivíduos. O acontecimento exprime assim duas singularidades em espelho, a sua e a do indivíduo que a provoca, e a individualidade dos protagonistas e a do acontecimento puxam uma pela outra no terreno da vida social⁴⁷.

A narrativa do tenente Oliveira Soares, da Guarda Nacional Republicana, justificando a sua acção perante os acontecimentos na sua área de vigilância, permite-nos saber que percorria a cavalo a raia junto à ribeira, dialogando com os grupos de refugiados que ia encontrando. Afirmando que até 22 de Setembro todos os refugiados que entraram na sua zona foram entregues à P.V.D.E. “conforme as instruções que tinha recebido dos meus superiores”.

No dia 22 de Setembro ao verificar um aumento significativo no número de refugiados concentrados junto à fronteira, do lado de Espanha, informou estes grupos sobre as condições de entrada em Portugal, nomeadamente a entrega das armas. “Como porém se tratasse de um grupo tão numeroso mandei vir à minha presença aqueles que se diziam chefes civis e militares e fiz-lhes ver que se entrassem teriam que ser desarmados, e que nunca poderiam entrar mais de 25 metros para dentro de Portugal, até que o Governo resolvesse.” A esta conversa terá assistido o tenente Serrão da Veiga do Regimento de Infantaria 17 de Beja, responsável do exército na mesma zona, e o agente Crespo da P.V.D.E. Ao regressar de mais um percurso de reconhecimento pela raia o tenente Oliveira Soares foi informado que “os espanhóis esquerdistas já tinham entrado e também já tinham feito entrega das armas, isto é, que se conformaram e sujeitaram a tudo quanto os tínhamos prevenido”⁴⁸.

⁴⁷ BENZA, A. & FASSIN, E. (2002): “Les sciences sociales face à l'événement”, Terrain, n° 38, pp. 5-20. Référence électronique: Alban Bensa et Eric Fassin: “ Les sciences sociales face à l'événement ”, Terrain, Numéro 38 - Qu'est-ce qu'un événement ? (mars 2002) , [En ligne], mis en ligne le 6 mars 2007.

URL: <http://terrain.revues.org/document1888.html>. Consulté le 20 juin 2007.

⁴⁸ AHM, 1ª Divisão, 38ª Secção, Cx. 63-2. Inquérito militar, relatório do tenente Eduardo Varela de Oliveira Soares de 12 de Outubro de 1936, p. 153.

Perante o acontecimento deslocou-se a Barrancos, acompanhado pelo agente Crespo da P.V.D.E., para informar o Comando Militar de Beja e o Comando da G.N.R. sobre o número de refugiados concentrados na Coitadinha. O agente Crespo contactou a Direcção da P.V.D.E., “que terá concordado com a concentração dos refugiados, informando que seria enviado um Delegado do Governo ao local.” Mais tarde, o tenente Oliveira Soares será informado pelo comandante Militar de Beja sobre a visita do general Joaquim da Silveira Malheiros, comandante da 4ª Região Militar, que oficializará as instruções do Governo.

Na manhã de 23 de Setembro, ao ser avisado do avanço de colunas nacionalistas que faziam fogo sobre a zona onde estavam concentrados os refugiados, dirigiu-se ao local com as tropas disponíveis e uma metralhadora ligeira. Neste confronto teve de dominar os soldados portugueses que estavam a ser alvejados, para que não ripostassem, e por ser o único oficial com montada dirigiu-se ao comandante da coluna nacionalista que os estavam a alvejar, “para saberem que ali era Portugal e portanto não havia que fazer fogo”⁴⁹.

O tenente Seixas na sua narrativa declara ter sido informado sobre a entrada dos refugiados junto à ribeira do Ardila pelo tenente Serrão da Veiga, do Regimento de Infantaria 17, “que os recebeu com a condição de os colocar na fronteira, se ordem recebesse em tal sentido, marcando-lhes uma faixa de 25 metros de profundidade em território português”⁵⁰. Esta distância considerada insuficiente para garantir a segurança dos refugiados, fora do alcance de fogo das tropas nacionalistas, levou o tenente Seixas a assumir a responsabilidade pelo avanço para mais 300 metros em território português.

A preocupação em garantir a segurança dos refugiados exigia porém uma ordem superior, dada pelo general Silveira Malheiro, que pós a visita ao local lhe entregou pessoalmente:

“Foi por mim determinado a 23 de Setembro, aos senhores comandantes das forças do Exército, da G.N.R. e G.F. na região de Barrancos o seguinte, quanto aos refugiados espanhóis da Herdade da Coitadinha:

1º - Os refugiados espanhóis que encontram na Herdade da Coitadinha, na margem esquerda do Ardila, devem ser imediatamente

⁴⁹ Idem, pp. 153-154.

⁵⁰ Inquérito Militar, relatório do tenente António Augusto de Seixas de 16 de Outubro de 1936, p. 164.

*internados umas centenas de metros. 2º - Evitar que passem mais espanhóis para o território português. 3º - Que os refugiados que quiserem voltar para Espanha, podem voltar. 4º - Que os refugiados devem ser alimentados com os próprios recursos*⁵¹.

Depois da retirada do general compareceu no Comando da Secção da Guarda Fiscal de Barrancos o Director Adjunto da P.V.D.E. capitão Gaspar Marques de Oliveira. Ao inquirir o tenente Seixas, sobre as ordens deixadas pelo general, este respondeu ter sido determinado o internamento dos refugiados espanhóis, decisão com a qual concordou. Mas no decorrer da conversação, e tendo o tenente mostrado a ordem, mudou de opinião, discordando, “pois tinha compreendido que o internamento era em Espanha”. Respondendo o tenente Seixas “que só podia cumprir o que aquela ordem dizia”, ao que o mesmo oficial terá afirmado “que as coisas se modificariam, porque ia falar para Lisboa.”

Na manhã do dia 24 de Setembro o tenente Seixas teve conhecimento que o Director Adjunto da P.V.D.E., depois de demorada conversação telefónica com Lisboa, tinha afirmado aguardar até às 15 horas uma resolução de Lisboa, “se ela viesse como ele esperava que ficava, caso contrário ir-se-ia embora.” Efectivamente o Director Adjunto da P.V.D.E. retirou-se de Barrancos na tarde do mesmo dia, depois de conferenciar com dois agentes da policia de Badajoz que se tinham deslocado a Barrancos a seu pedido.

Depreendemos pelo cruzamento dos relatórios que as decisões políticas do poder central colidiram com os poderes da P.V.D.E. Nesta correlação de forças, entre o centro e a periferia, o tenente Seixas obtém o reconhecimento das hierarquias militares e do próprio Ministro da Guerra sobre a permanência dos refugiados na Herdade da Coitadinha. Mas, à revelia do poder central, vai permitindo a concentração de mais refugiados na Herdade das Russianas, apesar de ter procedido a diligências junto do Director da P.V.D.E para juntar todos os refugiados⁵². No seu relatório justifica-se, afirmando que estes refugiados aguardavam confirmação das autoridades das suas povoações para

⁵¹ AHM, 1ª Divisão, 38ª Secção, Cx. 63-2. Nota Confidencial n.º 382-2-C dirigida ao Ministro da Guerra.

⁵² Inquérito Militar, p. 140. Segundo o depoimento do agente Júlio Lourenço Crespo, da Brigada Móvel da P. V.D.E. estacionada em Barrancos, o tenente Seixas tinha proposto juntar os refugiados do Sardinheiro com os da Coitadinha, mas o Director da P. V.D.E. não tinha concordado.

regressarem em segurança, esperando a chegada de um comissário de Oliva de la Frontera – que terá de facto comparecido no dia 8 de Outubro, quando já se procedia ao transporte dos refugiados para Moura.

Esta prática de resistência, contrariando as ordens militares e o poder hegemónico, não foi uma excepção entre elementos das autoridades portuguesas na fronteira. A 23 de Setembro de 1936, conforme as memórias do requeté Francisco Vasquez Carrasco, uma coluna militar espanhola chefiada pelo capitão Varela, da qual fazia parte, deslocou-se à Ponte Internacional de Barrancos solicitando a entrega dos refugiados espanhóis⁵³.

*“Nuestros jefes estuvieron al habla con las autoridades portuguesas para que, nos hicieran entrega de los fugitivos nuestros que tenian en campos de concentración, con palabras corteses nos dijeron que no era posible estos deseos nuestros y volvimos a los camiones a Cumbres Mayores sin pena ni gloria.”*⁵⁴

Segundo Manuel Tapada Pérez esta resistência deveu-se à oposição do tenente Oliveira Soares, responsável pelas forças portuguesas destacadas na fronteira de Barrancos com Encinasola.

Em Elvas, aquando da tomada de Badajoz pelas forças do general Yagüe, o chefe militar do Batalhão de Elvas negou-se a entregar à P.V.D.E. um grupo de refugiados espanhóis, salvando-lhes a vida.⁵⁵ Em Campo Maior o sargento Sanches, da Guarda Nacional Republicana, auxiliou a saída para o exílio de vários refugiados espanhóis, além de os avisar das rusgas feitas na vila⁵⁶. Em Barrancos o tenente Seixas protegeu os refugiados do campo das Russianas. E na memória colectiva de espanhóis e portugueses o tenente Oliveira Soares também é recordado, por ter enfrentado o avanço militar dos nacionalistas na Herdade da Coitadinha. Estes factos demonstram que as solidariedades locais

⁵³ TAPADA PÉREZ, Manuel (1999): *Guerra y Posguerra en Encinasola*, Sevilla, edición del autor, p. 33.

⁵⁴ Idem, p. 65.

⁵⁵ VICENTE, António Pedro (1998): “O cerco à embaixada da republica Espanhola em Lisboa (Maio a Outubro de 1936)”, *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Edições Colibri, Lisboa, p. 15.

⁵⁶ CUNHA, Luis (2006): *Memória Social em Campo Maior, Usos e Percursos da Fronteira*, Lisboa, Publicações D. Quixote, p. 291.

contrariam os poderes instituídos, e que na relação de poderes, entre centro e periferia, o poder do Estado é ultrapassado por estratégias de resistência locais.

Na perspectiva de Michel Foucault o poder exerce-se a partir de uma multiplicidade de pontos, através de um mecanismo de relações de desigualdade mutáveis, não representando uma instituição ou uma estrutura, mas uma situação estratégica complexa numa determinada sociedade. As relações de poder não são exteriores a outros tipos de relações sociais, imanam delas, representando os efeitos das partilhas, das desigualdades e dos desequilíbrios produzidos, reflectindo reciprocamente as condições internas dessas diferenciações. Mais, as relações de poder funcionam com uma função produtora, gerando simultaneamente resistências⁵⁷.

“Elas são o outro termo nas relações de poder; aí se inscrevem como irreduzíveis, frente a frente. (...) Tal como a rede das relações de poder acaba por formar um espesso tecido que atravessa os aparelhos e as instituições, sem se localizar exactamente neles, também a abundância dos pontos de resistência atravessa as estratificações sociais e as unidades individuais”⁵⁸.

A acção destes oficiais representa “o outro termo das relações de poder”, geradora de “um ponto de resistência”, forjado num tempo e num espaço específicos. A estratégia de resistência do tenente Seixas, claramente denunciada nos vários depoimentos do inquérito militar, comprova a existência de uma complexa rede de relações sociais entretecendo militares no terreno e a população local. Porém, o poder central não descuroou a sua autoridade e poder de coacção, quando confrontado com a disparidade no número de refugiados de Barrancos.

“Tendo este gabinete conhecimento que o número de refugiados espanhóis era de 613 e mencionando a P.V.D.E. nas relações de espanhóis a evacuar o número de 1.020, Sua Ex.^a o Ministro encarrega-se de rogar a V. Ex.^a se digne informar qual a razão de um tão grande número de refugiados espanhóis e quais os dias em que entraram em Portugal”⁵⁹.

⁵⁷ FOUCAULT, Michel (1994 [1976]): “A vontade de saber”, *História da Sexualidade*, Lisboa, Relógio D’Água, pp. 95-96.

⁵⁸ Idem, p. 99.

⁵⁹ AHM, 1ª Divisão, 38ª Secção, Cx. 63-1. Confidencial n.º 406-2-C urgente, de 9 de Outubro de 1936 que transcreve a nota confidencial n.º 1665 de 8 do mesmo mês.

Esta nota do sub-secretário de Estado da Guerra originou a instauração de um inquérito militar onde foram inquiridos quarenta e um indivíduos, civis e militares, entre os quais o administrador do concelho de Barrancos, Sebastião Macias Barroso. A conclusão do inquérito realizado pelo major Manuel José Marques Júnior revela sobretudo conflitos de poder entre os diversos organismos militares. Afirmando ter havido “desarmonia entre ordens emanadas da Directoria da P.V.D.E. e ordens emanadas do Ministério da Guerra, assim como entre as ordens emanadas do Ministério da Guerra e o Comando Superior da Guarda Fiscal”. Declarando que “a P.V.D.E. era quem se devia informar directamente sobre o número de espanhóis internados em nosso território e informar directamente a sua Directoria, porque, segundo a Circular nº 143-2-C, era a quem competia ficar com o encargo dos civis desarmados”. E que “a P.V.D.E. não devia ter retirado o seu delegado a 24 de Setembro para, em acordo com as autoridades da G.F., G.N.R. e Exército, proceder à vigilância da fronteira conforme a Circular determinava.”

Por último, elogia o trabalho realizado pelo tenente António Augusto de Seixas destacando as suas qualidades humanas e profissionais nos seguintes termos:

“Que era natural que o Sr. comandante da Guarda Fiscal, da secção de Safára, aguardasse informes das autoridades espanholas, que não fariam mal aos refugiados para ele nessa altura os mandar regressar ao seu País, parecendo ter feito diligências nesse sentido e, se tal não conseguiu, foi talvez ao embarque inesperado com uma pequena prevenção, ou então às próprias autoridades espanholas não quererem efectuar tal compromisso”⁶⁰.

Analisando os vários testemunhos deste processo, verificamos que a falta de meios e de homens, assim como as características físicas do terreno, são algumas das causas enunciadas pelos inquiridos para justificar a concentração de tão elevado número de refugiados espanhóis em território português. Mas não devemos esquecer que a fronteira é apenas uma linha imaginária imposta pelo Estado central, que se esbate perante a interacção social entre portugueses e espanhóis, representando neste contexto um “campo de poder”.

⁶⁰ AHM, 1ª Divisão, 38ª Secção, Cx. 63-2. Inquérito militar, pp. 144-147.

Para Pierre Bourdieu “campo de poder” representa um conceito indispensável para a compreensão do universo relacional, espaço de relações de força entre diferentes espécies de “capital”⁶¹. No qual a dominação não resultará do poder de coação do Estado, mas da correlação de forças entre os grupos e indivíduos que se confrontam no terreno, sob o efeito indirecto de um conjunto de acções, que constituem uma rede de imposições cruzadas, entre diversas forças dominantes. Este conceito que parece remeter para uma “prática da autoridade” dinâmica, permite-nos reflectir sobre os conflitos de poder entre o exército e a P.V.D.E., expressos ao longo das páginas do inquérito militar. Como no depoimento do capitão Aristides Coimbra, comandante da Companhia do Regimento de Infantaria 17 de Beja, que afirmava: “ter esclarecido o capitão Gaspar de Oliveira, adjunto da P.V.D.E., que só recebia ordens do general comandante da 4ª Região Militar e do Comandante Militar de Beja.” Denunciando que “a P.V.D.E. dava ordens aos seus agentes sem ele delas ser informado”⁶².

Neste “campo de poder” onde coexistiam diferentes espécies de “capital”, o poder do tenente Seixas, como responsável pelas operações técnicas do terreno, adquire temporariamente uma dimensão estratégica de supremacia sobre os restantes grupos e indivíduos em confronto, reforçada pelo poder das relações sociais na fronteira. Mais, as relações construídas na fronteira não resultavam apenas do desempenho de uma actividade profissional, mas da construção de redes sociais tecidas ao longo do tempo. Relações que contrariam o papel dos representantes do Estado na fronteira, cuja função é policiar, controlar, reprimir e impedir a sua permeabilidade. Por isso, a punição do Ministro da Guerra recaiu sobre o tenente Seixas, penalizado com “dois meses de inactividade e passagem compulsiva à reforma”. E a repreensão, sobre o capitão Aristides Coimbra, suspeito de “procedimento hesitante”⁶³.

⁶¹ BOURDIEU, Pierre (2001 [1994]): *Razões Práticas. Sobre a Teoria da Acção*, Oeiras, Celta Editora, p. 34.

⁶² Inquérito militar, p. 129.

⁶³ AHM, 1ª Divisão, 38ª Secção, Cx. 63-2. Confidencial n.º 1758/29.

A INSCRIÇÃO DO ACONTECIMENTO; A MEMÓRIA LOCAL

Nas memórias dos Barranquinhos permanecem vivas as imagens da violência, do medo e da fome, durante e após a guerra, marcadores temporais de um acontecimento. Alban Bensa diz-nos que o acontecimento é vencido na sua intensidade perante a emoção, resultante da transformação recíproca do indivíduo e do colectivo, onde os actores, e as situações que não são inteiramente pré-determinadas, se revelam a elas próprias e aos outros⁶⁴.

A violência e o medo são rememorados em narrativas sobre fuzilamentos, e nas torturas às mulheres republicanas. A violência deve ser entendida como uma afirmação do poder, como “um acto de agressão física legitimado pelo seu autor e pelas testemunhas”⁶⁵. Desde que a realização do acto violento seja visível e concreto torna-se numa forma eficiente de transformar o ambiente social, pondo em palco uma mensagem ideológica diante de uma audiência pública, acessível de documentar, ou de reconstruir, nos seus aspectos processuais.

O acontecimento é também um criador; criando o tempo que precede a sua realização, criando relações e interacções, confrontações ou fenómenos de consentimento, criando a linguagem do discurso⁶⁶. Mais, os acontecimentos violentos podem ser narrados, enquanto forma de acção social demarcada no espaço e no tempo das práticas quotidianas, como nos excertos dos depoimentos recolhidos em Barrancos em 1994⁶⁷:

“Em Espanha, durante a guerra civil, os soldados da falange, às mulheres, cortavam-lhes o cabelo, os seios, davam-lhes purgantes e passeavam-nas nas ruas, muitas vezes nuas, durante o período de acção dos purgantes. Aos homens levavam-nos para o cemitério e fuzilavam-nos”. (Francisco Nunes Pica, trabalhador rural, 73 anos).

⁶⁴ BENSA, A. & FASSIN, E. (2002): “Les sciences sociales face à l'événement”, Terrain, n° 38, pp. 5-20. Référence électronique: Alban Bensa et Eric Fassin: “Les sciences sociales face à l'événement”, Terrain, Numéro 38 - Qu'est-ce qu'un événement ? (mars 2002), [En ligne], mis en ligne le 6 mars 2007.

URL: <http://terrain.revues.org/document1888.html>. Consulté le 20 juin 2007.

⁶⁵ RICHES, David (1988 [1986]): *El Fenómeno de la Violencia*, Pirámide, Madrid, p. 8.

⁶⁶ FARGE, Arlette: “Penser et définir l'événement en histoire”, Terrain, Numéro 38 - Qu'est-ce qu'un événement ? (mars 2002), [En ligne], mis en ligne le 6 mars 2007. URL: <http://terrain.revues.org/document1929.html>. Consulté le 20 juin 2007.

⁶⁷ AAVV. (2002): *Guerra Civil de Espanha; na Memória de Barrancos*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Biblioteca-Museu República e Resistência.

“... às mulheres rapavam-lhes a cabeça com uma navalha de barba, deixando-lhes apenas uma monha, onde punham uma fita encarnada, davam-lhes um purgante e saiam com elas para a rua.” (Ana Abade Comprido, doméstica, 67 anos).

“Os fugitivos eram apanhados pelas autoridades portuguesas e entregues na fronteira aos soldados de Franco; outros eram fuzilados logo ali.” (António Charrama Lopes, sapateiro, 72 anos)

“Dois anos mais tarde apareceu meu pai num estado lastimoso, ferido e doente. Tinha sido feito prisioneiro e fora levado para o cemitério com mais 29 pessoas para ser fuzilado.” (Francisco Abade Ribeiro, trabalhador rural, 71 anos).

Os fuzilamentos e a humilhação às mulheres representam “acontecimentos” nos quais a violência produziu experiências únicas, mediadas culturalmente e gravadas na memória colectiva da sociedade. Para Schmidt e Schroder as guerras constroem-se pela memória, sobre a memória, e sobre o poder de estabelecer a visão de um grupo do passado como legítima. Nesta perspectiva a violência é, não apenas uma forma para resolver conflitos por assuntos materiais, mas também um recurso na produção do mundo, em que um grupo se apropria da verdade e da história contra pretensões rivais, com todas as consequências económicas e sociais inerentes⁶⁸.

Supostamente reconstrói-se permanentemente o acontecimento, que tomará múltiplas inflexões segundo o tempo onde é recebido. E a memória do acontecimento, para os que o viveram, informa o investigador sobre aquilo que lhe é mais difícil de alcançar; encontrar a maneira sensível, social, política, onde os outros reconstruíram o acontecimento, onde se reconheceram nele, ou onde o rejeitaram inexoravelmente⁶⁹.

Em Barrancos, a multiplicidade de acontecimentos desencadeados pela sublevação militar nacionalista provocou uma ruptura violenta na vida quotidiana dos Barranquenhos, marcando uma nova temporalidade e alteran-

⁶⁸ SCHMIDT, Bettine E. & SCHRODER, Ingo W. (ed.), (2001): *Anthropology of Violence and Conflict*, London, Routledge, pp. 1-23.

⁶⁹ FARGE, Arlette: “Penser et définir l'événement en histoire”, *Terrain*, Numéro 38 - Qu'est-ce qu'un événement ? (mars 2002), [En ligne], mis en ligne le 6 mars 2007. URL: <http://terrain.revues.org/document1929.html>. Consulté le 20 juin 2007.

do as suas abordagens em relação ao passado, e ao próprio futuro. A partir desse momento construíram novos princípios de inteligibilidade, procurando um sentido para a violência.

A acção do tenente Seixas e de outros militares no terreno, ao protegerem os refugiados espanhóis, testemunham esse tempo de ruptura, e a possibilidade que o acontecimento tem em gerar uma diversidade de acções múltiplas possíveis, concedendo novos significados às práticas dos indivíduos. Permitindo compreender “que o poder não se dá, não se troca, nem se retoma, exerce-se, e só existe pela acção”⁷⁰. A acção que constrói o tempo do acontecimento pela intervenção dos indivíduos, convertendo o universo social, no momento seguinte, em inscrição na história local, ou mundial, exaltando os feitos dos seus “heróis”.

⁷⁰ FOUCAULT, Michel (2004): *Microfísica do Poder*; S. Paulo, Graal, p. 175.